



PROGRAMA DO XIX GOVERNO CONSTITUCIONAL

O Programa do XIX Governo Constitucional reflete o compromisso do Governo em construir um país mais justo, próspero e sustentável, através de uma governação baseada na transparência, eficiência administrativa e proximidade com os cidadãos.



XIX GOVERNO CONSTITUCIONAL

PROGRAMA DO XIX GOVERNO CONSTITUCIONAL

INTRODUÇÃO

O XIX Governo Constitucional de São Tomé e Príncipe assume um compromisso firme e duradouro com a construção de um país mais justo, próspero e sustentável, em que a governação se baseia em princípios de transparência, proximidade com os cidadãos, e eficiência administrativa. Este programa reflete a visão estratégica do Governo para os próximos anos, traçando ações concretas e específicas para a modernização do Estado, a dinamização da economia e do turismo sustentável, a promoção da justiça social, e o fortalecimento da presença do país no cenário internacional.

São Tomé e Príncipe está a atravessar um momento crítico de desenvolvimento, e este Governo reconhece que o progresso sustentável exige a ação coordenada de todos os sectores da sociedade. O esforço deve ser conjunto, envolvendo o sector público, o sector privado, a sociedade civil, a diáspora, e os nossos parceiros internacionais. Este programa é um reflexo do nosso compromisso de responder, de forma objetiva e eficaz, aos desafios estruturais enfrentados pelo país, com o objetivo de garantir uma administração pública moderna, uma economia diversificada, a soberania alimentar, a melhoria de acesso a uma saúde e ensino de qualidade, e uma sociedade mais inclusiva e participativa.

Este documento está organizado em cinco eixos estratégicos que sintetizam as prioridades do Governo, estabelecendo objetivos claros e estratégias concretas de implementação, com o envolvimento direto dos diferentes ministérios, cuja atuação é essencial para assegurar a estabilidade, segurança e soberania do país.



XIX GOVERNO CONSTITUCIONAL

EIXO 1: FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA E PROXIMIDADE COM O POVO

Objetivo geral:

Promover uma governação transparente, participativa e eficiente, assegurando que o Estado esteja verdadeiramente ao serviço dos cidadãos e que a administração pública funcione de acordo com elevados padrões de qualidade e responsabilidade, em alinhamento com as necessidades da população.

Desafios identificados:

- A gestão dos recursos públicos apresenta deficiências, sendo a transparência um ponto crucial a melhorar.
- Existe um distanciamento entre o Governo e os cidadãos, que resulta numa baixa participação nos processos decisórios, afetando a qualidade da democracia.
- Os serviços públicos continuam burocráticos, com sistemas desatualizados e ineficientes, dificultando o acesso aos direitos fundamentais.
- A centralização das decisões na capital tem prejudicado a implementação de políticas públicas eficazes nas regiões do país.

Ações e Programas prioritários:

1. Reforço da Transparência e Prestação de Contas

- Criação do portal nacional de transparência, estabelecendo uma plataforma digital centralizada que permita a qualquer cidadão monitorizar a execução orçamental, a realização de contratos públicos e o uso dos recursos estatais, promovendo uma maior confiança na gestão pública.
- Modernização do Tribunal de Contas e da Inspeção-Geral da Administração Pública, aperfeiçoando as capacidades do Tribunal de Contas e da Inspeção-Geral da Administração Pública, com recursos



XIX GOVERNO CONSTITUCIONAL

humanos e tecnológicos necessários para melhorar a fiscalização das políticas e investimentos do Governo.

- Criação do Instituto de Formação de Administração Pública e Justiça.
- Implementação do Sistema Integrado de Monitorização da Administração Pública (SIMAP), visando monitorizar e avaliar as políticas públicas em tempo real, facilitando a prestação de contas e a correção de falhas nos processos de execução de projetos.

2. Aproximação dos serviços públicos aos cidadãos

- Lançamento do Balcão Único Digital, uma plataforma de serviços online que permitirá ao cidadão realizar processos administrativos como a obtenção de documentos oficiais (Bilhete de Identidade, Passaporte, entre outros) e o pagamento de taxas, com agilidade e transparência.
- Digitalização do Registo Civil e Identidade Digital, criando um sistema digitalizado que facilite a emissão de documentos essenciais e assegure uma maior rapidez e segurança nos processos.

3. Fortalecimento da participação cidadã e descentralização

- Criação dos Conselhos Distritais de Participação Cidadã, garantindo que as decisões políticas reflitam as necessidades locais e que os cidadãos tenham uma voz ativa no processo de tomada de decisões governamentais.
- Implementação de Orçamentos Participativos, permitindo que os cidadãos, através de consultas públicas, decidam sobre as prioridades orçamentárias, promovendo uma gestão pública mais inclusiva e responsável.
- Desenvolvimento de plataformas digitais para consulta pública, possibilitando que a população participe da criação e avaliação de políticas



XIX GOVERNO CONSTITUCIONAL

públicas, assegurando maior envolvimento nas decisões governamentais.

Metas e impacto esperado:

- ❖ Reforço da transparência na gestão pública, aumentando a confiança dos cidadãos no Governo.
- ❖ Aumento da eficiência no acesso aos serviços públicos, com a eliminação de processos burocráticos.
- ❖ Maior envolvimento da população nas decisões políticas, assegurando que as políticas públicas sejam mais representativas e alinhadas com as necessidades dos cidadãos.



XIX GOVERNO CONSTITUCIONAL

EIXO 2: ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SUSTENTÁVEL

Objetivo geral:

Dinamizar a economia nacional através da diversificação produtiva, do incentivo ao empreendedorismo e da atração de investimentos, garantindo um crescimento sustentável e a criação de emprego.

Desafios identificados:

- Excessiva dependência do setor público como principal empregador e fraca diversificação da economia.
- Elevada taxa de desemprego jovem e informalidade laboral.
- Baixo nível de investimento estrangeiro devido à instabilidade jurídica e à burocracia excessiva.
- Défices infraestruturais que dificultam o crescimento do setor privado e a competitividade do país.
- Falta de incentivos estruturados para o setor produtivo e para a economia verde.

Ações e Programas prioritários:

1. Diversificação da economia e reforço dos setores produtivos

- Criação de Zonas de Desenvolvimento Agrícola e Pesqueiro, assegurando incentivos fiscais, financiamento e acesso a tecnologia para pequenos e médios produtores.
- Implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento do Turismo Sustentável, promovendo o ecoturismo, o turismo comunitário e parcerias internacionais para a qualificação do setor.



XIX GOVERNO CONSTITUCIONAL

- Requalificação de estradas e infraestruturas essenciais para facilitar a circulação de mercadorias e fomentar a integração regional dos mercados.
- Criação do Fundo de Apoio à Agricultura Familiar, garantindo acesso a crédito e assistência técnica para os pequenos agricultores.

2. Atração de investimentos e melhoria do ambiente de negócios

- Criação do Fórum Internacional de Investimentos em São Tomé e Príncipe, para atrair investidores estrangeiros através de parcerias estratégicas.
- Implementação de um Plano de incentivos fiscais e regulatórios, simplificando o registo de empresas e reduzindo a burocracia para novos negócios.
- Dinamização do Centro de Arbitragem e Mediação Empresarial, garantindo um ambiente de negócios mais seguro e juridicamente estável.
- Reforço da diplomacia económica para expandir os acordos comerciais com países estratégicos e atrair financiamento internacional para projetos de infraestruturas e inovação.

3. Desenvolvimento das energias renováveis e sustentabilidade ambiental

- Expansão da capacidade de produção de energia solar e hídrica, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis.
- Criação do Plano Nacional de Eletrificação Rural, garantindo acesso à eletricidade para comunidades isoladas.
- Implementação de políticas de reflorestação e proteção da biodiversidade, promovendo o turismo sustentável e a conservação dos ecossistemas.



XIX GOVERNO CONSTITUCIONAL

Metas e impacto esperado:

- ❖ Crescimento do PIB em 5% até 2026, refletindo maior dinamismo económico.
- ❖ Redução da taxa de desemprego jovem através da criação de novos postos de trabalho qualificados.
- ❖ Aumento do investimento direto estrangeiro, tornando São Tomé e Príncipe mais competitivo na região.
- ❖ Maior sustentabilidade energética, reduzindo custos e impactos ambientais.



XIX GOVERNO CONSTITUCIONAL

EIXO 3: PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL E INCLUSÃO

Objetivo geral:

Assegurar que todos os cidadãos tenham acesso equitativo à saúde, à educação à proteção social e ao saneamento do meio digno, promovendo a inclusão e reduzindo as desigualdades sociais.

Desafios identificados:

- Infraestruturas de saúde e educação insuficientes para responder às necessidades da população.
- Elevados índices de pobreza e desigualdade social, com populações vulneráveis sem acesso a serviços básicos, incluindo o saneamento do meio.
- Baixa qualificação da força de trabalho, dificultando a integração dos jovens no mercado de trabalho formal.
- Insuficiência dos mecanismos de proteção social para grupos em situação de risco, como idosos e pessoas com deficiência.

Ações e Programas prioritários:

1. Reforço do Sistema de Saúde e acesso universal

- Construção de um novo hospital central e ampliação da rede de centros de saúde em todas as regiões do país.
- Melhoria do abastecimento de medicamentos, consumíveis e equipamentos hospitalares, garantindo maior eficiência no atendimento.
- Atualização do Plano Nacional de Saúde Materno-Infantil, reduzindo a mortalidade materna e infantil através da melhoria dos serviços pré-natais e pediátricos.



XIX GOVERNO CONSTITUCIONAL

- Formação contínua de médicos, enfermeiros e técnicos de saúde, melhorando a qualidade dos serviços prestados.
- Reformulação da visão para a saúde primária, fortalecendo a sua vertente preventiva e promoção da saúde das populações.
- Adoção de medidas para o restabelecimento de sistemas de abastecimento de água potável, desenvolvendo projetos de captação e adução de água para as localidades tidas como críticas.
- Massificação da prática do desporto para a melhoria da saúde e ampliação do espectro de detenção de novos talentos para o desporto de alta competição.
- Construção de infraestruturas adequadas para o tratamento de resíduos sólidos e líquidos e resíduos hospitalares.

2. Expansão e modernização da educação

- Reabilitação e construção de novas infraestruturas escolares e modernização das existentes, garantindo acesso a uma educação de qualidade.
- Revisão do currículo nacional, incorporando componentes de formação técnica e profissional, alinhados com as necessidades do mercado de trabalho.
- Criação do programa nacional de bolsas de estudo, assegurando que todos qualificados e com interesses na investigação e inovação, tenham acesso ao ensino superior e técnico dentro e fora do país.
- Implementação do ensino digital e recursos tecnológicos nas escolas, promovendo o uso de tecnologias inovadoras na aprendizagem.
- Preservação e valorização da cultura que permite potencializar o acervo cultural nacional e a elevação do sentimento patriótico.



XIX GOVERNO CONSTITUCIONAL

3. Reforço da Proteção Social e inclusão de grupos vulneráveis

- Expansão do Programa de transferências sociais condicionadas, garantindo apoio financeiro às famílias em situação de extrema vulnerabilidade.
- Implementação de políticas de diálogo social tripartido, de inclusão para pessoas com deficiência, assegurando acessibilidade e oportunidades no mercado de trabalho para todos.
- Desenvolvimento de programas de apoio à terceira idade, garantindo que os idosos tenham acesso a serviços de saúde, lazer e bem-estar.

Metas e impacto esperado:

- ❖ Aumento do acesso à saúde de qualidade, com expansão da rede hospitalar e melhoria dos serviços.
- ❖ Maior inclusão educacional, reduzindo o abandono escolar e aumentando as oportunidades para os jovens são-tomenses.
- ❖ Redução das desigualdades sociais, garantindo que mais cidadãos tenham acesso à proteção social e a serviços essenciais.



XIX GOVERNO CONSTITUCIONAL

EIXO 4: REFORMA E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Objetivo geral:

Modernizar a administração pública e reforçar a segurança interna para garantir um Estado eficiente, ágil e mais próximo dos cidadãos.

Desafios Identificados:

- Serviços públicos burocráticos e desatualizados, dificultando o acesso dos cidadãos aos seus direitos.
- Falta de integração entre os sistemas administrativos e baixa digitalização dos processos governamentais.
- Déficit de capacitação dos funcionários públicos, resultando em baixa produtividade e ineficiência.
- Necessidade de fortalecimento da segurança pública e da defesa nacional, face a desafios internos e externos.
- Falta de fiscalização e mecanismos eficazes de combate à corrupção e má gestão dos recursos públicos.

Ações e Programas prioritários:

1. Digitalização e modernização dos serviços públicos

- Automatização do sistema de cobrança de impostos, visando desmaterializar o processo de cobrança de impostos, tornando-o mais ágil e reduzindo a evasão fiscal, além de garantir maior equidade no cumprimento das obrigações fiscais.



XIX GOVERNO CONSTITUCIONAL

- Criação do Sistema Integrado de Gestão da Administração Pública (SIGAP), permitindo maior integração entre ministérios e serviços do Estado.

2. Fortalecimento da Segurança e Defesa Nacional

- Reforço da formação e capacitação das Forças Armadas e das Forças de Segurança, garantindo maior profissionalismo e eficácia na defesa da nação e no combate à criminalidade.
- Modernização da infraestrutura de segurança, incluindo novas tecnologias para patrulhamento e defesa costeira e segurança interna, bem como instalação do tribunal militar.
- Criação de um Centro Nacional de Cibersegurança, protegendo o país contra ameaças digitais e garantindo a segurança das infraestruturas críticas.
- Implementação do Plano Nacional de Segurança Comunitária, promovendo maior proximidade entre as forças de segurança e a população.

3. Reforço da transparência e combate à corrupção

- Lançamento do Portal Nacional de Transparência, onde os cidadãos poderão acompanhar a execução orçamental e os contratos públicos.
- Reforço das competências do Tribunal de Contas e da Inspeção-Geral da Administração Pública, garantindo maior rigor na fiscalização do uso dos recursos públicos.

Metas e impacto esperado:



XIX GOVERNO CONSTITUCIONAL

- Maior eficiência administrativa e redução no tempo de atendimento ao cidadão.
- Melhoria da segurança interna e fortalecimento das instituições de defesa nacional.
- Redução da corrupção e aumento da confiança na administração pública.



XIX GOVERNO CONSTITUCIONAL

EIXO 5: INTEGRAÇÃO REGIONAL E DIPLOMACIA PROATIVA

Objetivo geral:

Fortalecer a presença de São Tomé e Príncipe no cenário internacional, promovendo parcerias estratégicas para investimentos, turismo e desenvolvimento sustentável.

Desafios identificados:

- Frágil inserção de São Tomé e Príncipe nos circuitos internacionais de comércio e investimento.
- Falta de mecanismos eficazes para aproveitar o potencial da diáspora no desenvolvimento nacional.
- Necessidade de fortalecimento das relações bilaterais e multilaterais para promover o crescimento econômico do país.

Ações e Programas prioritários:

1. Promoção do investimento e turismo internacional

(Ministério dos Negócios Estrangeiros | Ministério da Economia e Finanças | Ministério do Turismo Sustentável)

- Criação do Programa de Diplomacia Económica, com embaixadores e adidos comerciais especializados na captação de investimentos estrangeiros.
- Fortalecimento da marca “São Tomé e Príncipe” no exterior, promovendo o país como destino turístico e parceiro de negócios.
- Expansão da cooperação com países estratégicos e organizações regionais africanas.



XIX GOVERNO CONSTITUCIONAL

2. Envolvimento da diáspora no desenvolvimento nacional

- Criação do Fórum da Diáspora São-tomense, promovendo maior envolvimento da comunidade emigrante no crescimento do país.
- Implementação de incentivos fiscais e facilitadores de investimento para santomenses no exterior que queiram empreender no país.

3. Participação ativa nos fóruns regionais e globais

- Aprofundamento da participação de São Tomé e Príncipe na CEEAC (Comunidade Económica dos Estados da África Central) e CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).
- Maior envolvimento do país nas Nações Unidas e União Africana, reforçando a presença são-tomense nos debates globais sobre mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável e segurança.

Metas e Impacto Esperado:

- ❖ Maior captação de investimento estrangeiro e integração econômica do país.
- ❖ Maior participação da diáspora no crescimento nacional.
- ❖ Reforço da imagem de São Tomé e Príncipe como parceiro estratégico no cenário global.